



J. MACHADO ADVOGADOS



RECURSO DE MULTA

Processo Administrativo Copam nº048/2005/001/2005

**Ao Chefe da
Câmara Normativa e Recursal do Copam.**

LATICÍNIOS FRUTTBOM LTDA. ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 71.237.879/0001-38, com sede à Fazenda Paraíso, s/nº, zona rural de Tocantins-MG, Cep.:36.512-000, neste ato representado por sua sócia gerente **MARIA KÊNIA MARQUES MOTTA DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, comerciante, portadora do CPF nº588.100.486-87 e do RG M-6.627.735 (SSP/MG), residente e domiciliada à Rua Padre Goulart, nº232, Centro, Tocantins-MG, Cep.:36.512-000, por intermédio de seus advogados signatários, com escritório à Rua Raul Soares, nº15/101, Centro, Tocantins-MG, Cep.:36.512-000, vem oferecer

RECURSO

a notificação de Multa nº082/2012, **Processo Administrativo Copam nº048/2005/001/2005**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DOS FATOS.

A empresa foi autuada e multada em conformidade com o artigo 66, I do Decreto nº44.844/2008, conforme parecer jurídico para efetuar o pagamento da importância de **R\$2.501,00** (dois mil e quinhentos e um reais).

Ocorre que conforme se extrai de todo o processo administrativo e demais cópias juntadas neste ato pela empresa autuada, não foram constatados danos de natureza grave e a empresa recorrente de imediato aplicou todas as normas necessárias ao ajustamento da legislação pertinente.



J. MACHADO ADVOGADOS



Desta forma não sendo a empresa autuada reincidente, empresa de pequeno porte e tendo demonstrando agilidade para diminuir e zerar o impacto de seu ato, deve ser aplicada a pena tão somente a pena de advertência ou a pena mínima no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) em conformidade com o anexo I a que se refere o artigo 83 do referido decreto.

Isto posto, requer a VOSSA SENHORIA:

a) o recebimento da presente defesa para reconsiderar a decisão de homologação do auto de infração e penalidade de multa.

b) de forma alternativa, requer em última hipótese e em caso de não aceitação do pedido da alínea “a”, seja aplicada somente a penalidade de advertência ou aplicação de pena mínima no valor de **R\$250,00** (duzentos e cinquenta reais);

c) a imediata suspensão do processo administrativo, por poder provocar a sua continuidade dano grave ou de difícil reparação a empresa autuada.

Desde já, agradeço sua atenção, aguardando serem atendidos o pleito requerido por esta empresa.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Tocantins, 13 de março de 2013.

P.P. Joaquim Caetano Machado Júnior
OAB/MG 94.716